

27 de julho de 2012

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de Junho de 2012

CAPITAL

- **Rácio core tier I atinge o valor mais alto de sempre de 12,1%** de acordo com critério BdP (face aos 8,5% em junho de 2011) e **9,7% de acordo com critério EBA** (Autoridade Bancária Europeia), em linha com o plano de capitalização, assegurando uma posição de capital acima dos requisitos regulatórios e que compara favoravelmente com os pares da Zona Euro

LIQUIDEZ

- **Melhoria do gap comercial:** redução de 7,8 mil milhões de euros do gap comercial (crédito líquido menos depósitos) e rácio de crédito sobre depósitos (BdP) reduziu-se para 138% face aos 154% em junho de 2011, sendo o rácio de crédito líquido sobre recursos de balanço de 121%
- **Subida de 5,5% dos depósitos de clientes** face ao período homólogo, sendo que em Portugal a subida foi de 7,3% e nas operações internacionais foi de 2,0%
- **Evolução do crédito em linha com o plano de liquidez:** -5,5% face ao período homólogo

RENDIBILIDADE

- **Reforço das dotações para imparidade de crédito**, atingindo uma cobertura de 5,9% do total da carteira de crédito
- **Redução de custos**, excluindo itens específicos: **custos operacionais caem 1,4%** numa base anual, beneficiando principalmente do desempenho de Portugal
- **Produto bancário mantém-se estável** face ao semestre homólogo, penalizado pelos custos das operações de *liability management*, pelas taxas de juro de mercado e pelo custo da garantia do Estado, e beneficiado pelos resultados em operações financeiras
- **Subida em 3,8% do resultado líquido da Polónia, Moçambique e Angola**
- **Resultado líquido acumulado de -544,3 milhões de euros** no 1.º semestre de 2012, penalizado pelas imparidades em Portugal de -534,4 milhões de euros e pelas **imparidades para perdas estimadas e resultados associados à operação na Grécia no valor de -502,2 milhões de euros**

2012 particularmente difícil e exigente, contudo em linha com o plano de capitalização com enfoque no fortalecimento de capital, na melhoria da estrutura de balanço e no reforço do provisionamento

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	30 jun. 12	30 jun. 11	Var. 12 / 11
Balanço			
Ativo total	92.999	98.284	-5,4%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	70.317	74.390	-5,5%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	66.808	66.638	0,3%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	54.505	51.791	5,2%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	47.974	45.473	5,5%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽²⁾	139%	157%	
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽³⁾	138%	154%	
Resultados			
Resultado líquido	(544,3)	114,3	
Margem financeira	592,9	807,7	-26,6%
Produto bancário	1.269,2	1.268,7	0,0%
Custos operacionais	675,4	713,2	-5,3%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	987,3	562,1	75,6%
Outras imparidades e provisões	108,0	7,7	-
Impostos sobre lucros			
Correntes	38,2	42,2	-9,5%
Diferidos	(34,8)	(211,0)	-
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽²⁾	2,8%	2,6%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽⁴⁾	-1,1%	0,3%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽²⁾	-1,1%	0,0%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-29,8%	6,8%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽²⁾	-23,8%	-0,7%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽²⁾	6,7%	5,4%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	0,9%	1,6%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	13,2%	8,6%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	7,8%	5,0%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	95,8%	101,5%	
Rácios de eficiência ^{(2) (5)}			
Custos operacionais / Produto bancário	58,0%	58,9%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	55,4%	57,6%	
Custos com pessoal / Produto bancário	32,3%	32,7%	
Capital			
Fundos próprios totais	6.930	6.125	
Riscos ponderados	55.640	58.432	
Rácio Core Tier I ⁽²⁾	12,1%	8,5%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base ⁽²⁾	11,5%	9,3%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios ⁽²⁾	12,5%	10,5%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	862	887	-2,8%
Atividade internacional	847	842	0,6%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	9.917	10.083	-1,6%
Atividade internacional	11.554	11.282	2,4%

Nota: os indicadores referentes ao exercício de 2011 refletem os ajustamentos efetuados às contas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros em 30 de Junho de 2011.

(2) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Calculado de acordo com definição do Banco de Portugal.

(4) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(5) Exclui impacto de itens específicos.

RESULTADOS E ACTIVIDADE NO PRIMEIRO SEMESTRE 2012

No final do exercício de 2011, tendo em consideração o acordo firmado entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os sindicatos dos trabalhadores bancários para a transferência para o Regime Geral da Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento de reformados e pensionistas, o Banco optou, em momento anterior à referida transferência, pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Na sequência da análise das alternativas permitidas pela *International Accounting Standard (IAS) 19* Benefícios a empregados, o Grupo optou por passar a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de capitais próprios. Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais de acordo com o método do corredor, no qual os ganhos e perdas atuariais que excedessem 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo eram registados por contrapartida de resultados de acordo com a vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

De modo a refletir a mencionada alteração, de acordo com as IAS, esta alteração foi efetuada com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2010, pelo que foram reconhecidos nos capitais próprios a totalidade dos desvios atuariais diferidos. No âmbito das regras aplicáveis, o Grupo procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras com referência a 1 de janeiro de 2010 e a 31 de dezembro de 2010, bem como em relação aos meses decorridos do exercício de 2011, para efeitos comparativos.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp foi negativo em 544,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, comparando com o lucro de 114,3 milhões de euros relevados no primeiro semestre de 2011 (reexpresso de acordo com a alteração da política contabilística).

A evolução da rentabilidade em base consolidada foi condicionada pelo desempenho da subsidiária na Grécia, nomeadamente pelos resultados de -52,2 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2012, e pelo registo de imparidade para perdas estimadas de 450,0 milhões de euros, relacionada com a situação económico-financeira na Grécia, bem como pelo desempenho na atividade em Portugal, penalizado pelas imparidades e provisões constituídas, no primeiro semestre de 2012, no montante total de 534,4 milhões de euros. Na atividade internacional, o resultado líquido foi influenciado pela atividade desenvolvida na Grécia, não obstante os aumentos dos resultados líquidos alcançados no Bank Millennium na Polónia, excluindo o efeito cambial da desvalorização do zloti face ao euro, e no Banco Millennium Angola.

No primeiro semestre de 2012, o produto bancário manteve-se estável, quando comparado com o período homólogo, suportado pelo aumento dos resultados em operações financeiras que compensou a menor margem financeira, e os custos operacionais reduziram 1,4%, excluindo itens específicos.

O resultado líquido do primeiro semestre de 2012 releva:

- o registo de imparidade para perdas estimadas e resultados associados à operação na Grécia no montante de 502,2 milhões de euros, anteriormente mencionados;
- o impacto desfavorável na margem financeira das operações de *liability management*, efetuadas em 2011, no montante de 96,0 milhões de euros;
- a contabilização de um custo no montante de 33,4 milhões de euros relacionado com as comissões pela emissão de empréstimos obrigacionistas com garantia do Estado Português;
- a recompra de emissões próprias de títulos de dívida geradora de uma mais-valia de 184,3 milhões de euros;
- os ganhos associados a títulos da dívida pública portuguesa classificada em negociação de 28,0 milhões de euros; e
- o impacto favorável da alteração legislativa relacionada com o subsídio por morte, no montante de 64,0 milhões de euros.

Por seu turno, o resultado líquido do primeiro semestre de 2011 incorpora:

- as perdas associados a títulos da dívida pública portuguesa classificada em negociação de 141,3 milhões de euros;
- a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo de 35,5 milhões de euros; e
- o reconhecimento do imposto diferido ativo no montante de 132,5 milhões de euros no âmbito da reorganização das participações financeiras do Grupo.

A **margem financeira** situou-se em 592,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, comparando com os 807,7 milhões de euros no período homólogo de 2011.

A margem financeira da atividade em Portugal foi influenciada pelos efeitos volume de negócios e taxa de juro desfavoráveis. Na atividade internacional, a margem financeira foi influenciada pelo desempenho registado no Millennium bank na Grécia, não obstante os aumentos apurados pelas subsidiárias na Polónia e em Angola.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,41% no primeiro semestre de 2012, que compara com 1,77% em igual período de 2011, repercutindo o impacto das operações de *liability management* concretizadas no segundo semestre de 2011 e do aumento do custo dos depósitos a prazo de clientes, apesar de beneficiar do efeito do esforço de *repricing* do crédito concedido.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	30 jun.12		30 jun.11	
	saldo	taxa %	saldo	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.654	1,39	4.041	1,52
Ativos financeiros	10.637	4,64	12.954	3,87
Créditos a clientes	68.119	4,68	73.729	4,17
Ativos geradores de juros	83.410	4,49	90.724	4,01
Ativos não geradores de juros	8.876		7.534	
	92.286		98.258	
Depósitos de instituições de crédito	18.244	1,49	20.346	1,50
Depósitos de clientes	48.913	3,37	46.303	2,65
Dívida emitida e passivos financeiros	16.234	3,60	20.990	2,15
Passivos subordinados	1.201	5,54	1.700	2,72
Passivos geradores de juros	84.592	3,04	89.339	2,27
Passivos não geradores de juros	3.276		3.326	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	4.418		5.593	
	92.286		98.258	
Taxa de margem financeira		1,41		1,77

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em junho de 2012 e de 2011, à respetiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** totalizaram 346,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, comparando com 401,1 milhões de euros em igual período de 2011. Na atividade em Portugal, excluindo o efeito das comissões relacionadas com a garantia do Estado Português, reduziram 6,5% face ao primeiro semestre de 2011. Na atividade internacional diminuíram 2,3%, traduzindo fundamentalmente o comportamento no Bank Millennium na Polónia, apesar do crescimento das comissões líquidas no Millennium bim em Moçambique e no Banco Millennium Angola.

As comissões líquidas evidenciam:

- o menor nível de comissões relacionadas com o negócio bancário (-1,7%);
- a diminuição das comissões relacionadas com os mercados financeiros (-24,0%), condicionadas pela persistência de um contexto de incerteza nos mercados de capitais, afetando adversamente a atividade de gestão de investimentos financeiros; e

- o custo associado a emissões de dívida do Banco com garantia prestada pelo Estado Português, no montante de 33,4 milhões de euros, relevado no primeiro semestre de 2012.

Os **resultados em operações financeiras** totalizaram 325,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, que comparam com 24,5 milhões de euros relevados no período homólogo de 2011. Esta evolução foi determinada pelo comportamento na atividade em Portugal. Na atividade internacional, o desempenho favorável dos resultados em operações financeiras beneficiou fundamentalmente dos resultados em operações cambiais apuradas na globalidade das subsidiárias.

A evolução dos resultados em operações financeiras reflete os seguintes impactos:

- mais-valia resultante da recompra, no primeiro semestre de 2012, de emissões próprias de títulos de dívida no montante de 184,3 milhões de euros;
- ganhos associados a títulos da dívida pública portuguesa classificada em negociação no montante de 28,0 milhões de euros (perda de 141,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2011); e
- prejuízos em instrumentos financeiros contabilizados ao *fair value option* no montante de 21,6 milhões de euros (ganhos de 44,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2011).

Os **outros proveitos de exploração líquidos** foram negativos em 29,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, comparando com ganhos de 10,2 milhões de euros em igual período de 2011.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos refletem as maiores perdas associadas à diminuição de valor de ativos recebidos em dação, no montante de 7,6 milhões de euros, quando comparado com o primeiro semestre de 2011, a par do maior nível de impostos, no montante de 4,0 milhões de euros, face ao primeiro semestre de 2011. No primeiro semestre de 2011, os outros proveitos de exploração líquidos incorporam o efeito positivo de um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões, no montante de 18,9 milhões de euros.

Os outros proveitos de exploração líquidos da atividade internacional beneficiaram dos aumentos relevados pelas subsidiárias na Polónia e em Angola.

Os **resultados por equivalência patrimonial**, que incluem a apropriação de resultados associados à participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas, evoluíram favoravelmente ao totalizarem 30,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, comparando com 24,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2011.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

	Milhões de euros		
	30 jun. 12	30 jun. 11	Var. 12/11
Comissões líquidas	346,6	401,1	-13,6%
Comissões bancárias	331,0	336,6	-1,7%
Cartões	87,0	91,5	-4,8%
Crédito e garantias	90,7	89,9	0,9%
<i>Bancassurance</i>	35,6	37,7	-5,7%
Outras comissões	117,6	117,5	0,1%
Comissões relacionadas com mercados	49,1	64,5	-24,0%
Operações sobre títulos	28,0	38,8	-27,8%
Gestão de ativos	21,0	25,7	-18,3%
Comissões relacionadas com a garantia do Estado	(33,4)	-	-
Resultados em operações financeiras	325,4	24,5	-
Outros proveitos de exploração líquidos	(29,6)	10,2	-
Rendimentos de instrumentos de capital	3,6	1,1	-
Resultados por equivalência patrimonial	30,2	24,1	25,7%
Total de outros proveitos líquidos	676,3	461,0	46,7%
Outros proveitos / Produto bancário	53,3%	36,3%	

Os **custos operacionais** situaram-se em 675,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, que comparam com os 713,2 milhões de euros apurados nos primeiros seis meses de 2011.

A evolução dos custos operacionais incorpora: (i) o impacto favorável da alteração legislativa relacionada com a atribuição de subsídio por morte, no montante de 64,0 milhões de euros, contabilizado no primeiro semestre de 2012; (ii) a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo, no montante de 35,5 milhões de euros, relevada no primeiro semestre de 2011; e (iii) o registo de custos com reformas antecipadas de 2,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2012 (1,8 milhões de euros em igual período de 2011).

Excluindo estes impactos, os custos operacionais reduziram 1,4%, como resultado, por um lado, da diminuição das amortizações do exercício (-12,0%) e dos custos com o pessoal (-1,1%) e, por outro, da estabilização dos outros gastos administrativos.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais incorporam os efeitos anteriormente mencionados, pelo que, excluindo aqueles impactos, reduziram 2,6% face ao primeiro semestre de 2011, determinado pelo menor nível de amortizações e pela diminuição dos custos com o pessoal.

Na atividade internacional, os custos operacionais cresceram 0,6%, face ao primeiro semestre de 2011, induzidos pela atividade do Banco Millennium em Angola e do Millennium bim em Moçambique, refletindo o reforço da infraestrutura operacional e o suporte à estratégia de crescimento em curso naquelas operações.

Em termos consolidados, o rácio de eficiência, excluindo itens específicos, situou-se em 58,0% no primeiro semestre de 2012 (58,9% no período homólogo de 2011), enquanto na atividade em Portugal situou-se em 55,4% no primeiro semestre de 2012 (57,6% no período homólogo de 2011).

Os **custos com o pessoal** cifraram-se em 349,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2012 (381,2 milhões de euros em igual período de 2011). Contudo, excluindo os impactos já mencionados, os custos com o pessoal situaram-se em 410,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, evidenciando uma redução de 1,1%, quando comparados com os 414,9 milhões de euros apurados em igual período de 2011.

Esta evolução dos custos com o pessoal foi influenciada pela diminuição de 3,0% observada na atividade em Portugal, que neutralizou o aumento de 2,8% verificado na atividade internacional.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal refletem os aumentos registados pelas subsidiárias em Moçambique, em Angola e na Polónia, nesta última excluindo o efeito da desvalorização cambial do zloti face ao euro, repercutindo o efeito do maior número de colaboradores, face ao período homólogo de 2011, em particular naquelas duas primeiras operações, na sequência do reforço das respetivas competências e capacidades operacionais.

Os **outros gastos administrativos** totalizaram 284,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, em linha com o montante contabilizado no primeiro semestre de 2011, refletindo os esforços de controlo e contenção de custos, nomeadamente as poupanças alcançadas nas rubricas de rendas, publicidade, seguros e *outsourcing*.

Os outros gastos administrativos mantiveram-se estáveis no primeiro semestre de 2012, quando comparados com igual período do ano anterior, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional. Com efeito, os maiores gastos apurados nas subsidiárias em Moçambique e em Angola foram neutralizados pela redução de custos relevada no Millennium bank na Grécia e no Millennium Bank na Polónia.

As **amortizações do exercício** reduziram 12,0% para 42,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, face aos 47,9 milhões de euros contabilizados em igual período de 2011.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício reduziram 14,7% face ao primeiro semestre de 2011, beneficiando do menor nível de amortizações relacionadas com imóveis e equipamentos. Na atividade internacional diminuíram 9,1%, no mesmo período, influenciadas pela redução das amortizações do exercício nas subsidiárias da Polónia, da Roménia e da Grécia, não obstante os aumentos apurados pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique, induzidos pelos investimentos realizados no âmbito dos planos de negócio em curso nestas geografias.

CUSTOS OPERACIONAIS	Milhões de euros		
	30 jun. 12	30 jun. 11	Var. 12/11
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	410,5	414,9	-1,1%
Outros gastos administrativos	284,0	284,0	0,0%
Amortizações do exercício	42,2	47,9	-12,0%
	736,7	746,9	-1,4%
Alteração legislativa relacionada com subsídio por morte	(64,0)	-	
Anulação de provisão relacionada com pensões	-	(35,5)	
Custos com reformas antecipadas	2,7	1,8	
	675,4	713,2	-5,3%
dos quais:			
Atividade em Portugal	383,6	423,1	-9,3%
Atividade internacional	291,8	290,0	0,6%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	55,4%	57,6%	

(1) Exclui os impactos da alteração legislativa relacionada com o subsídio por morte relevada no primeiro semestre de 2012 (64,0 milhões de euros), da anulação de provisões relacionadas com pensões apurada no primeiro semestre de 2011 (35,5 milhões de euros) e a contabilização de custos com reformas antecipadas (2,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2012 e 1,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2011).

(2) Atividade em Portugal. De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** situou-se em 987,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, comparando com os 562,1 milhões de euros relevados em igual período de 2011. Esta rubrica inclui no primeiro semestre de 2012 o registo de imparidade para perdas estimadas de 450,0 milhões de euros relacionada com a situação económico-financeira na Grécia.

Na atividade em Portugal, o comportamento da imparidade do crédito foi influenciado pela persistência de um contexto macroeconómico e financeiro adverso e consequente deterioração da situação económico-financeira das famílias e das empresas nacionais.

Na atividade internacional, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) reflete fundamentalmente o maior nível de dotações evidenciado pelas subsidiárias na Grécia e na Polónia.

O custo do risco situou-se em 281 pontos base no primeiro semestre de 2012, que compara com os 147 pontos base relevados no período homólogo de 2011.

As **outras imparidades e provisões** cifraram-se em 108,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, que comparam com 7,7 milhões de euros apurados em igual período de 2011.

O montante de outras imparidades e provisões inclui, na atividade em Portugal, o reforço das dotações para imparidade de ativos recebidos em dação que, no âmbito do processo de reavaliação regular destes ativos, apresentaram uma descida do respetivo valor de mercado, bem como o aumento das dotações de provisões relacionadas com outros riscos, encargos e compromissos.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões refletem o reforço de dotações para provisões, na subsidiária em Moçambique, relacionadas com garantias e outros compromissos.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** cifraram-se em 3,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2012, que compara com os -168,8 milhões de euros apurados no período homólogo de 2011.

No primeiro semestre de 2012, os referidos impostos incluem o custo por impostos correntes no montante de 38,2 milhões de euros (42,2 milhões de euros no período homólogo de 2011) e o proveito por impostos diferidos no montante de 34,8 milhões de euros (proveito de 211,0 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2011), refletindo o registo de um proveito nos impostos diferidos ativos de 132,5 milhões de euros relacionados com a reorganização das participações financeiras do Grupo.

BALANÇO

O **ativo total** consolidado cifrou-se em 92.999 milhões de euros em 30 de junho de 2012, comparando com os 98.284 milhões de euros relevados em igual data de 2011.

O **crédito a clientes** (bruto), ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros relevada em 30 de junho de 2011, diminuiu 5,5%, situando-se em 70.317 milhões de euros em 30 de junho de 2012, face aos 74.390 milhões de euros apurados em 30 de junho de 2011.

A evolução da carteira de crédito, face ao final de junho de 2011, foi induzida pela diminuição de 6,7% observada na atividade em Portugal e de 1,5% na atividade internacional, influenciada pelo desempenho das subsidiárias na Suíça e na Grécia.

A contração do crédito a clientes foi determinada quer pelo crédito a empresas (-7,6%), quer pelo crédito a particulares (-3,2%), traduzindo o impacto do processo controlado de desalavancagem em curso.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos de diversificação, entre o final de junho de 2011 e o final de junho de 2012, com o crédito a empresas a representar 51% do crédito total concedido em 30 de junho de 2012, enquanto o crédito a particulares representava 49% da carteira de crédito a clientes.

	CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)		
	Milhões de euros		
	30 jun. 12	30 jun. 11	Var. 12/11
Particulares	34.474	35.597	-3,2%
Crédito hipotecário	30.031	30.930	-2,9%
Crédito ao consumo	4.443	4.667	-4,8%
Empresas ⁽¹⁾	35.843	38.793	-7,6%
Serviços ⁽¹⁾	14.644	15.313	-4,4%
Comércio	3.817	4.680	-18,4%
Construção	4.661	5.318	-12,4%
Outros	12.721	13.482	-5,6%
Total ⁽¹⁾	70.317	74.390	-5,5%
do qual:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	53.062	56.863	-6,7%
Atividade internacional	17.255	17.527	-1,5%

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros em 30 de Junho de 2011.

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 6,1% em 30 de junho de 2012 (3,8% em 30 de junho de 2011). O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades atingiu em 95,8% em 30 de junho de 2012, comparando com 101,5% em igual data de 2011. Por seu turno, o rácio de cobertura do total da carteira de crédito por imparidades atingiu 5,9% em 30 de junho de 2012 (3,8% no final de junho de 2011).

O crédito com incumprimento situou-se em 6,7% do crédito total em 30 de junho de 2012, comparando com 5,4% apurado na mesma data de 2011 e o crédito em risco cifrou-se em 13,2% do crédito total em 30 de junho de 2012.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE JUNHO DE 2012

Milhões de euros

	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	995	893	2,9%	89,8%
Crédito hipotecário	257	307	0,9%	119,4%
Crédito ao consumo	738	586	16,6%	79,5%
Empresas	3.302	3.222	9,2%	97,6%
Serviços	816	1.161	5,6%	142,2%
Comércio	419	352	11,0%	84,1%
Construção	1.355	701	29,1%	51,7%
Outros	712	1.008	5,6%	141,5%
Total	4.297	4.115	6,1%	95,8%

Os **recursos totais de clientes** aumentaram 0,3%, ajustados de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros relevada em 30 de junho de 2011, ascendendo a 66.808 milhões de euros em 30 de junho de 2012, que compara com os 66.638 milhões de euros registados na mesma data de 2011.

O desempenho favorável dos recursos totais de clientes foi suportado pelo aumento de 5,2% dos recursos de balanço de clientes, beneficiando dos crescimentos de 5,5% dos depósitos de clientes e de 3,4% dos débitos titulados. Os recursos fora de balanço de clientes diminuíram para 12.302 milhões de euros em 30 de junho de 2012 (14.847 milhões de euros em 30 de junho de 2011), influenciados tanto pelos produtos de capitalização como pelos ativos sob gestão.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes cifraram-se em 49.920 milhões de euros em 30 de junho de 2012, salientando-se o aumento de 7,3% nos depósitos de clientes, consubstanciando o enfoque no reforço das fontes de financiamento estáveis. Na atividade internacional, os recursos totais de clientes subiram 2,2%, potenciados quer pelos recursos de balanço de clientes, que pelos recursos fora de balanço de clientes, beneficiando dos desempenhos das operações desenvolvidas na Polónia, em Moçambique e em Angola.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	30 jun. 12	30 jun. 11	Var. 12/11
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	54.505	51.791	5,2%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	47.974	45.473	5,5%
Débitos para com clientes titulados	6.531	6.318	3,4%
Recursos fora de balanço de clientes	12.302	14.847	-17,1%
Ativos sob gestão	3.620	4.234	-14,5%
Produtos de capitalização	8.682	10.613	-18,2%
Total ⁽¹⁾	66.808	66.638	0,3%
dos quais:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	49.920	50.110	-0,4%
Atividade internacional	16.888	16.528	2,2%

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros em 30 de Junho de 2011.

A **carteira de títulos** situou-se em 13.017 milhões de euros em 30 de junho de 2012, evidenciando uma redução de 6,1% face a igual data de 2011, mantendo, no entanto a proporção de 14% do ativo total.

Os ativos financeiros detidos até à maturidade, que representavam 29% da carteira de títulos em 30 de junho de 2012, diminuíram 41,3% face ao final de junho de 2011 traduzindo a menor exposição a títulos de dívida pública portuguesa e grega e o efeito do reembolso de obrigações de emissores privados nacionais.

A carteira de ativos financeiros detidos para negociação e de ativos financeiros disponíveis para venda aumentou para 9.229 milhões de euros em 30 de junho de 2012 (7.476 milhões de euros em igual data de 2011), representando 9,9% do ativo total (7,6% em 30 de junho de 2011), por via do acréscimo, no decurso do primeiro semestre de 2012, da componente de ativos disponíveis para venda.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No primeiro semestre de 2012, o Millennium bcp manteve o enfoque no crescimento e na retenção de recursos de balanço de clientes, tendo em vista a concretização dos objetivos de redução do *gap* comercial e de desalavancagem, num enquadramento de persistente limitação no acesso a operações a médio e longo prazo nos mercados de dívida por grosso. Como resultado deste esforço, a redução do *gap* comercial em Portugal cifrou-se em 3,2 mil milhões de euros, face a dezembro de 2011, o que possibilitou não só amortizar a dívida de médio-longo prazo entretanto vencida de 3,3 mil milhões de euros, como também realizar duas operações de *liability management* que resultaram no reembolso adicional antecipado de 1,4 mil milhões de euros, o que, adicionado de outras operações de recompra, traduziu-se num refinanciamento global de 4,9 mil milhões de euros no decurso do semestre.

A emissão de instrumentos de capital Core Tier I subscritos pelo Estado permitiu ao Millennium bcp compatibilizar o elevado nível de amortização de dívida concretizado no primeiro semestre de 2012, com a simultânea redução da exposição líquida ao Banco Central Europeu (BCE), a qual evoluiu de 12,7 mil milhões de euros no final de 2011 para 11,3 mil milhões de euros em 30 de junho de 2012.

No que respeita ao financiamento a médio-longo prazo, foi possível ao Banco alterar significativamente o perfil temporal do *wholesale funding* através do recurso à segunda operação de cedência de liquidez a médio prazo conduzida pelo BCE, permitindo elevar de 5,1 mil milhões de euros, no final de 2011, para 12,1 mil milhões de euros em 30 de junho de 2012, o montante total de fundos tomados a três anos pelo Millennium bcp.

No decurso do primeiro semestre de 2012, o Millennium bcp concretizou, também, duas emissões de empréstimos obrigacionistas com garantia do Estado, nos montantes de 1,4 e de 1,5 mil milhões de euros, respetivamente, as quais incorporaram a pool de ativos elegíveis no BCE, num montante global na ordem dos 2,4 mil milhões de euros (após *haircuts*). Paralelamente, na sequência do alargamento temporário dos critérios de aceitação de colateral elegível pelo BCE, a pool de ativos elegíveis do Banco foi, ainda, reforçada com ativos de crédito aceites pelo Banco de Portugal, totalizando 2,4 mil milhões de euros (após *haircuts*).

As referidas operações enquadraram-se no âmbito das iniciativas que visaram a otimização da gestão de colateral, pelo que a carteira de títulos integrada na pool de colateral para efeitos de eventuais operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais ascendeu a 18,1 mil milhões de euros em 30 de junho de 2012, que compara com os 15,7 mil milhões de euros apurados no final de dezembro de 2011.

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade em Portugal e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão

desta metodologia às subclasses de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011.

O rácio Core Tier I situou-se em 12,1% de acordo com as regras do Banco de Portugal (9,2% em 31 de março de 2012), e em 9,7% em conformidade com os critérios da EBA, refletindo o aumento do Core Tier I em 1.465 milhões de euros (regras Banco de Portugal) e a diminuição dos riscos ponderados em 1.548 milhões de euros.

O desempenho do Core Tier I foi impulsionado pela emissão de instrumentos híbridos elegíveis para este agregado, subscritos pelo Estado Português no âmbito do processo de capitalização do Banco, não obstante os efeitos desfavoráveis associados sobretudo ao fim da neutralização prudencial dos impactos registados em 2011 com a transferência de responsabilidades com pensões para o Regime Geral da Segurança Social e com o Programa Especial de Inspeções, aos resultados líquidos negativos apurados no primeiro semestre de 2012, destacando-se o provisionamento de perdas estimadas relacionado com a situação económico-financeira na Grécia, e às perdas atuariais registadas pelo fundo de pensões.

A diminuição dos riscos ponderados traduz fundamentalmente os impactos do reforço do provisionamento dos riscos de crédito, incluindo o efetuado para perdas estimadas, e a manutenção dos esforços de otimização dos riscos de crédito e de mercado.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	30 jun. 12	31 mar. 12
Fundos Próprios		
Core Tier I	6.738	5.272
Ações preferenciais e "Valores"	172	173
Outras deduções ⁽¹⁾	(515)	(552)
Base	6.394	4.894
Complementares	675	594
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(139)	(135)
Total	6.930	5.353
Riscos Ponderados	55.640	57.188
Rátios de Solvabilidade		
Core Tier I	12,1%	9,2%
Tier I	11,5%	8,6%
Tier II	1,0%	0,8%
Total	12,5%	9,4%
Rácio Core Tier I EBA ⁽²⁾	9,7%	

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas estimadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

(2) Rácio Core Tier I calculado de acordo com os critérios definidos pela EBA. Neste âmbito, o Core Tier I apurado em conformidade com as regras do Banco de Portugal foi deduzido das "Outras deduções (1)" e do buffer para riscos soberanos (848 milhões de euros); os riscos ponderados não sofreram qualquer ajustamento.

Nota: o Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011. No primeiro semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

PLANO DE CAPITALIZAÇÃO

O plano de capitalização do Banco consubstancia:

- ambiente económico exigente (2012-13), com um balanço mais forte:
 - rácios de capital confortáveis
 - reforço da posição de liquidez
 - melhoria da qualidade do balanço
- criação de condições de crescimento e rendibilidade (2014-15), através da recuperação em Portugal e enfoque nas operações internacionais:
 - preservação da posição estratégica, com recuperação da rendibilidade e otimização na afetação de capital em Portugal
 - melhoria da eficiência e ajustamento ao novo modelo de negócio
 - desenvolvimento continuado do negócio na Polónia, Moçambique e Angola
- crescimento sustentado (2016-17):
 - crescimento sustentado dos resultados
 - maior equilíbrio no contributo para os resultados entre a componente doméstica e internacional

RESULTADOS EM LINHA COM O PLANO DE CAPITALIZAÇÃO

Os resultados do primeiro semestre de 2012 encontram-se em linha com o plano de capitalização, destacando-se:

- enfoque no fortalecimento de capital:
 - capital cumpre com exigências regulatórias após resultados do primeiro semestre de 2012 e antes do aumento de capital reservado a acionistas
 - rácio de Core Tier I atinge 12,1%, sendo o valor mais alto de sempre
- melhoria da estrutura de balanço:
 - aumento dos depósitos de clientes em 5,5%, que representam já 61% da estrutura de financiamento
 - rácio de crédito líquido sobre recursos de balanço de clientes atinge 121%
- reforço do provisionamento:
 - contínuo reforço das dotações para imparidade em Portugal
 - imparidades excecionais para perdas estimadas (Grécia)

O Conselho de Administração está firmemente convicto:

1. do cumprimento do plano de capitalização
2. da capacidade de reembolso dos instrumentos híbridos
3. do aumento de capital reservado a acionistas

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A implementação de medidas adicionais destinadas a atingir níveis de solvabilidade acima dos requisitos regulamentares de 9% de Core Tier I em junho de 2012, incluindo um *buffer* temporário de capital, e de 10% no final de 2012; a continuação do processo de desalavancagem, permitindo por essa via estabilizar as necessidades e a estrutura de financiamento, tendo como objetivo atingir um rácio de Crédito sobre Depósitos de 120% até 2014; o desenvolvimento dos projetos relacionados com a Agenda Estratégica do Banco, nomeadamente relacionados com as iniciativas prioritárias mais urgentes; e a implementação do projeto de reformulação do modelo de negócio do Millennium bcp, constituíram o principal enfoque do Banco no 2.º trimestre de 2012. Merecem saliência neste período:

- Comunicado do Banco Comercial Português, em 29 de junho de 2012, informando que na sequência i) da definição de princípios divulgada em 4 de junho, ii) da aprovação do Plano de Capitalização pelos seus acionistas em Assembleia Geral de 25 de junho e iii) do Despacho do Ministro de Estado e das Finanças relativo ao Plano de Capitalização do Banco previsto no artigo 13.º da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, na sua atual redação, o Conselho de Administração do Banco, com parecer prévio da Comissão de Auditoria, deliberou a emissão de instrumentos híbridos de dívida subordinada qualificáveis como capital Core Tier I, no valor total de 3 mil milhões de euros, com subscrição integral pelo Estado, já integralmente realizada.
- Realização, em 25 de junho de 2012, de Assembleia Geral de Acionistas, tendo estado presentes acionistas detentores de 42,7% do capital social, destacando-se, entre outras, as seguintes deliberações: aprovação do plano de capitalização do Banco, com inclusão de investimento público, nos termos da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, e sobre os compromissos e obrigações conexos, e bem assim sobre o mandato ao órgão de administração para todos os efeitos do plano; aprovação da proposta de supressão do direito de preferência dos acionistas relativamente à subscrição de emissão ou emissões a serem deliberadas pelo Conselho de Administração, com parecer favorável da Comissão de Auditoria, de instrumentos financeiros convertíveis em ações e de ações integrantes de investimento público previsto no plano; e aprovação da proposta de que os “Instrumentos de capitais subscritos pelo Estado” convertíveis em ações e as ações eventualmente a emitir a que se refere a proposta de supressão do direito de preferência aprovado no âmbito do ponto anterior sejam destinados à subscrição pelo Estado.
- Na sequência do deliberado na Assembleia Geral anual do Banco de dia 31 de maio de 2012, foi registado, na competente Conservatória do Registo Comercial, a redução do capital social do Banco de 6.064.999.986 de euros para 3 mil milhões de euros, sem alteração do número de ações sem valor nominal existentes à data, sendo a redução integrada por duas componentes distintas: a) em 1.547.873.439,69 euros, para cobertura de perdas verificadas nas contas individuais do Banco relativas ao exercício de 2011; b) em 1.517.126.546,31 euros, destinada à finalidade de reforço de condições futuras de existência de fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis. Em consequência, o capital social do Millennium bcp era à data de 30 de junho de 2012 de 3 mil milhões de euros, representado por 7.207.167.060 ações nominativas, escriturais sem valor nominal.
- Realização, em 31 de maio de 2012, da Assembleia Geral anual do Banco Comercial Português, S.A. tendo estado presentes acionistas detentores de 41,33% do capital social, destacando-se, entre outras, as seguintes deliberações: aprovação do relatório de gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2011; aprovação da proposta de transferência do resultado líquido negativo apurado no balanço individual, relativo ao exercício de 2011, no montante de 468.526.835,71 euros, para Resultados Transitados; aprovação da política de remuneração do Conselho de Administração, incluindo a Comissão Executiva e da política de remuneração de responsáveis funcionais, dirigentes e outros colaboradores; e aprovação da proposta de reformulação das rubricas do capital próprio.
- Conclusão do processo de compra das emissões Magellan Mortgages N.º 2 plc e Magellan Mortgages e N.º 3 plc e Floating Rate Notes emitidas pelo Banco Comercial Português S.A., com amortização em maio de 2014. A oferta enquadrou-se no conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Banco, destinadas à gestão da sua estrutura de financiamento e de capital.

- Disponibilização de um serviço telefónico de assistência aos Acionistas do Millennium bcp, uma linha de contacto telefónico gratuita disponível das 9h às 19h, todos os dias úteis, que procura esclarecer as dúvidas que os detentores de ações do Banco possam ter.
- Comemoração dos 25 anos de atividade da Ocidental Seguros.
- Assinatura de um contrato de patrocínio entre o Millennium bcp e o Comité Olímpico de Portugal, conferindo o estatuto de Banco Oficial do Comité Olímpico de Portugal designando-se como Patrocinador Oficial do Comité Olímpico de Portugal e da Equipa Olímpica Portuguesa, em regime de exclusividade, no seu setor de atividade económica.
- No âmbito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o Microcrédito Millennium bcp entregou um prémio de 5 mil euros a um Microempreendedor que apresentou o melhor projeto de negócio no âmbito da 2ª edição do prémio “Microcrédito para Microempreendedores Portadores de Deficiência”.
- Participação do Microcrédito Millennium bcp no debate “Soluções Financeiras para Tempos de Crise - O Papel dos Bancos” na 7.ª edição da “Semana de Responsabilidade Social”, organizada pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE).
- No âmbito das Festas de Lisboa’12, a Fundação Millennium bcp, inaugurou a exposição “A Sardinha é Nossa!”, esta inauguração marcou também a abertura do novo espaço exclusivamente adaptado para exposições de índole artística - Galeria Millennium.
- No âmbito da sua filosofia de contribuição e apoio ao desenvolvimento económico e social de Moçambique, o Millennium bim assinou um novo acordo com a Autoridade Tributária, que promove a simplificação e aumento da eficiência dos agentes económicos no cumprimento dos seus deveres de liquidação de impostos e taxas através da utilização dos canais bancários do Millennium bim.
- Integrado no seu programa de responsabilidade social “Mais Moçambique para Mim”, o Millennium bim voltou a promover a Campanha Nacional de Segurança Rodoviária, em parceria com a Top Produções e com o Departamento de Trânsito do Comando Geral da Polícia da República de Moçambique e realizou mais uma ação do projeto “Uma Cidade Limpa para Mim”, no “Dia da Criança Africana”.
- Inserida na sua política de responsabilidade social, o Millennium Angola concretizou mais uma iniciativa do “Programa Criança Feliz” no “Dia da Criança Africana” reunindo Colaboradores e cerca de 200 crianças de várias paróquias de Luanda, num programa preenchido com diversas atividades recreativas e concedeu um donativo superior a 4 milhões de kwanzas à Fundação Mulher Contra o Cancro da Mama.
- Nomeação do Millennium bcp como “Melhor Banco em Portugal” pelo segundo ano consecutivo pela EMEA Finance.
- Eleição do Millennium bcp como “Banco do ano” pela revista Marketeer.
- Distinção do ActivoBank como “Best Commercial Bank” em Portugal, pela revista World Finance no âmbito dos World Finance Banking Awards 2012.
- Atribuição do prémio “Melhor Banco em Moçambique” ao Millennium bim pela revista Global Finance, no âmbito do seu estudo sobre os melhores bancos a nível mundial.
- Reconhecimento da “Biznes Trade Account” e da “Eko Energia Leasing” do Bank Millennium com prémios especiais na 6.ª edição “Pérolas do Mercado de FMCG 2012”, nas categorias “Melhor Oferta Bancária” e “Melhor Oferta de Leasing”.
- Revisão em baixa do *Viability Rating* do Banco Comercial Português de “b” para “cc” pela Fitch Ratings em 18 de junho de 2012. Já em 17 de julho de 2012, na sequência da emissão de instrumentos híbridos qualificáveis como capital Core Tier I, a Fitch reviu em alta o *Viability rating* do Banco Comercial Português de “cc” para “b”. As notações de *rating* de longo e curto prazo foram reafirmadas em “BB+”/”B”, mantendo-se o *outlook* negativo.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No decorrer do segundo trimestre de 2012 o clima de aversão ao risco intensificou-se, devido ao recrudescimento da tensão e incerteza em torno do futuro da União Económica e Monetária e efeito de contágio a outras regiões do mundo. Nos próximos meses, eventos de natureza política e institucional, quer na União Europeia quer nos Estados Unidos da América, permanecerão determinantes para a evolução do clima económico.

A realização de eleições gerais na Grécia e as indeterminações em torno da viabilidade do respetivo programa de ajustamento económico em conjunto com as dificuldades orçamentais e instabilidade do sistema financeiro em Espanha relançaram as dúvidas relativamente à capacidade de se forjar uma solução política e financeira duradoura para fazer face à crise da dívida soberana europeia. Da Cimeira da Área do Euro do final de junho de 2012 resultou um conjunto de medidas muito centradas na resolução da instabilidade do sistema financeiro, propondo, para além do programa de assistência aos bancos espanhóis, um projeto de reformulação do sistema bancário europeu - "Banking Union" - visando um grau superior de integração financeira.

O risco de retorno a um contexto recessivo a nível global compeliu ao reforço das políticas de estímulo económico, num conjunto alargado de países, designadamente através da redução das taxas de juro de referência ou da facilitação do acesso a liquidez junto dos respetivos bancos centrais. O comportamento deficiente dos mercados interbancários europeus conduziu, em alguns países, à adoção de taxas de juro negativas nos depósitos nos respetivos bancos centrais. O Banco Central Europeu reduziu a taxa principal de refinanciamento em 25 p.b para 0,75%, colocou a taxa de depósito em 0% e reviu os critérios de elegibilidade de ativos de garantia.

Face à fragilidade evidenciada pela economia europeia, o mercado antecipa nova redução de taxas de juro e a manutenção de um período prolongado de taxas de juro baixas. Em consequência, registou-se uma redução de cerca de 30 p.b nas taxas de juro Euribor no trimestre e os ativos de taxa fixa de qualidade de *rating* superior mantiveram-se bem suportados, nomeadamente os títulos de dívida pública alemã. O euro depreciou-se para valores em redor de 1,22 dólares. As decisões de política económica proporcionaram uma ligeira recuperação dos principais mercados de ações mas insuficiente para compensar as quedas anteriores.

A atividade económica portuguesa suplantou as expectativas no primeiro trimestre, sustentada por um bom contributo da procura externa. Este desempenho permitiu atenuar a diferença face aos restantes países europeus e contribuiu para uma revisão favorável das projeções económicas (redução do PIB de -3,4% para -3,0% do PIB, em 2012, nas mais recentes projeções do Banco de Portugal). Contudo, a contração da procura interna deve-se-á ter intensificado no 2.º trimestre e as exportações desacelerado. A taxa de desemprego continua a evoluir em sentido ascendente, atingindo cerca de 15% da população ativa, constituindo, de par com a debilidade da procura interna e da decisão do Tribunal de Constitucional sobre a legalidade da redução dos salários da função pública e das pensões, um dos principais fatores de risco para o cumprimento das metas inicialmente traçadas para os défices públicos de 2012 e 2013. Apesar das dificuldades, os prémios de risco da dívida pública portuguesa tenderam a descer, em contraciclo com o verificado em outros países da periferia.

A economia polaca manteve taxas de crescimento económico robustas no primeiro trimestre (3,8% em termos homólogos), mas registam-se sinais de alguma desaceleração na atividade. O desvio na inflação face ao objetivo e a depreciação do zloti justificaram o aumento das taxas de juro para 4,75%. A Roménia registou pelo segundo trimestre consecutivo uma retração no PIB. Na Grécia persiste um contexto recessivo profundo (queda de 6,2% do PIB no primeiro trimestre face ao ano anterior), embora menos pronunciado do que no final de 2011, e o fluxo de saída de capitais atenuou-se após as eleições gerais. O novo governo está a proceder à renegociação do programa de assistência financeira ao país, numa conciliação complexa entre a sustentabilidade da dívida pública e o grau de austeridade orçamental acomodável pela economia. O PIB estagnou no primeiro trimestre em Moçambique mas os indicadores relativos ao segundo trimestre, nomeadamente nos setores transacionáveis, apresentam desempenhos favoráveis. Em Angola, a recuperação do preço do petróleo e o aumento da capacidade produtiva interna tiveram uma repercussão favorável nas exportações e nos índices de produção industrial.

No final de junho concluiu-se o processo de recapitalização de três grupos bancários portugueses, na sequência do exercício de capital conduzido pela Autoridade Bancária Europeia (ABE). Os bancos privados recorreram ao fundo de recapitalização do Estado, em 4,5 mil milhões de euros, através da emissão de instrumentos de capital elegível como Core Tier I, estando ainda previsto, até ao final de ano, o reforço de capital via emissão de ações ordinárias. Desta forma, os principais bancos portugueses cumpriram com a determinação da ABE de apresentarem um rácio de capital Core Tier I superior a 9% no final de junho de 2012. O crédito continuou em retração, registou-se uma maior moderação no crescimento dos depósitos dos particulares e o crédito vencido aumentou. O financiamento junto do BCE ampliou-se para 60 mil milhões de euros no final do trimestre.

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra e ativos financeiros detidos até à maturidade.

Crédito com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito em risco - conceito que, segundo o Banco de Portugal, é mais abrangente do que o crédito com incumprimento, incorporando, nomeadamente, a possibilidade dos devedores com prestações em atraso continuarem a não cumprir as suas responsabilidades de crédito. Para definição detalhada consultar instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

Custo do risco - proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) em função da carteira de crédito

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos de exploração líquidos.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do goodwill e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Produtos de capitalização - inclui *unit linked* e planos poupança reforma.

Recursos totais de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Taxa de margem financeira - relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

“Disclaimer”

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários para venda no Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão ou em qualquer outra jurisdição. Não podem ser vendidas ou oferecidas ações nos Estados Unidos a não ser que as mesmas estejam registadas de acordo com o “US Securities Act” de 1933 ou se encontrem isentas de tal registo. Qualquer oferta pública de valores mobiliários efetuada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão teria que ser efetuada por meio de um prospeto com informação detalhada sobre a empresa e sua gestão, incluindo as Demonstrações Financeiras.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (‘IFRS’) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros seis meses de 2011 e 2012 foram objeto de uma revisão limitada efetuada pelos auditores externos.

INDICADORES CONSOLIDADOS: ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	30 jun. 12	30 jun. 11	Var. 12/11	30 jun. 12	30 jun. 11	Var. 12/11	30 jun. 12	30 jun. 11	Var. 12/11
Demonstração de resultados									
Margem financeira	592,9	807,7	-26,6%	318,9	518,4	-38,5%	274,0	289,3	-5,3%
Rendimento de instrumentos de capital	3,6	1,1	-	2,8	0,8	-	0,8	0,3	-
Resultado de serviços e comissões	346,6	401,1	-13,6%	230,7	282,4	-18,3%	115,9	118,7	-2,3%
Outros proveitos de exploração	(29,6)	10,2	-	(29,1)	11,4	-	(0,5)	(1,2)	-
Resultados em operações financeiras	325,4	24,5	-	250,8	(44,0)	-	74,5	68,5	8,8%
Resultados por equivalência patrimonial	30,2	24,1	25,7%	28,6	24,1	18,7%	1,7	-	-
Produto bancário	1.269,2	1.268,7	0,0%	802,7	793,0	1,2%	466,5	475,7	-1,9%
Custos com o pessoal	349,2	381,2	-8,4%	207,2	243,0	-14,8%	142,0	138,2	2,8%
Outros gastos administrativos	284,0	284,0	0,0%	155,2	155,3	0,0%	128,8	128,7	0,0%
Amortizações do exercício	42,2	47,9	-12,0%	21,2	24,9	-14,7%	21,0	23,1	-9,1%
Custos operacionais	675,4	713,2	-5,3%	383,6	423,1	-9,3%	291,8	290,0	0,6%
Resultados operacionais antes de provisões	593,8	555,5	6,9%	419,1	369,9	13,3%	174,7	185,7	-5,9%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	537,3	562,1	-4,4%	425,4	498,4	-14,7%	111,9	63,7	75,7%
Outras imparidades e provisões	108,0	7,7	-	109,0	9,9	-	(1,0)	(2,2)	-
Resultado antes de impostos	(51,4)	(14,3)	-	(115,3)	(138,5)	-	63,8	124,2	-48,6%
Impostos	3,3	(168,8)	-	4,2	(188,3)	-	(0,9)	19,5	-
Interesses que não controlam	39,5	40,2	-1,9%	(3,0)	(0,1)	-	42,5	40,3	5,3%
Resultado líquido antes imp. perdas estimadas	(94,3)	114,3	-	(116,5)	49,9	-	22,2	64,4	-65,5%
Imparidade para perdas estimadas	450,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido	(544,3)	114,3	-	(116,5)	49,9	-	22,2	64,4	-65,5%
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	92.999	98.284	-5,4%	70.972	75.275	-5,7%	22.028	23.009	-4,3%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	66.808	66.638	0,3%	49.920	50.110	-0,4%	16.888	16.528	2,2%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	54.505	51.791	5,2%	38.688	36.292	6,6%	15.817	15.500	2,0%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	47.974	45.473	5,5%	32.289	30.092	7,3%	15.686	15.382	2,0%
Débitos para com clientes titulados	6.531	6.318	3,4%	6.400	6.200	3,2%	131	118	11,5%
Recursos fora de balanço de clientes	12.302	14.847	-17,1%	11.232	13.818	-18,7%	1.071	1.029	4,0%
Ativos sob gestão	3.620	4.234	-14,5%	2.861	3.576	-20,0%	760	658	15,4%
Produtos de capitalização	8.682	10.613	-18,2%	8.371	10.242	-18,3%	311	371	-16,2%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	70.317	74.390	-5,5%	53.062	56.863	-6,7%	17.255	17.527	-1,5%
Particulares	34.474	35.597	-3,2%	23.922	24.985	-4,3%	10.552	10.612	-0,6%
Crédito hipotecário	30.031	30.930	-2,9%	21.258	22.215	-4,3%	8.773	8.715	0,7%
Crédito ao consumo	4.443	4.667	-4,8%	2.664	2.770	-3,8%	1.779	1.897	-6,2%
Empresas ⁽¹⁾	35.843	38.793	-7,6%	29.141	31.879	-8,6%	6.703	6.915	-3,1%
Serviços ⁽¹⁾	14.644	15.313	-4,4%	12.589	13.219	-4,8%	2.055	2.094	-1,9%
Comércio	3.817	4.680	-18,4%	2.565	3.389	-24,3%	1.252	1.291	-3,0%
Construção	4.661	5.318	-12,4%	3.760	4.516	-16,8%	901	802	12,4%
Outros	12.721	13.482	-5,6%	10.227	10.755	-4,9%	2.495	2.728	-8,5%
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total	4.548	3.113	46,1%	3.653	2.397	52,4%	895	715	25,1%
Crédito vencido há mais de 90 dias	4.297	2.893	48,5%	3.456	2.236	54,5%	841	657	27,9%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	6,1%	3,8%	-	6,5%	3,8%	-	4,9%	3,7%	-
Imparidade do crédito (balanço)	4.115	2.936	40,1%	2.922	2.316	26,2%	742	621	19,6%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total	5,9%	3,8%	-	5,5%	3,9%	-	4,3%	3,5%	-
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	95,8%	101,5%	-	84,6%	103,6%	-	88,3%	94,4%	-
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	281	147	-	160	169	-	130	73	-

(1) A ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros em 30 de Junho de 2011.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011

	30 junho 2012	30 junho 2011
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	1.922.291	1.938.677
Juros e custos equiparados	(1.329.372)	(1.130.968)
Margem financeira	592.919	807.709
Rendimentos de instrumentos de capital	3.622	1.108
Resultado de serviços e comissões	346.639	401.109
Resultados em operações de negociação e de cobertura	320.457	(9.020)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	(10.586)	33.520
Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade	15.510	-
Outros proveitos de exploração	(29.483)	4.933
	1.239.078	1.239.359
Outros resultados de atividades não bancárias	10.571	9.725
Total de proveitos operacionais	1.249.649	1.249.084
Custos com o pessoal	349.195	381.243
Outros gastos administrativos	283.988	283.989
Amortizações do exercício	42.198	47.945
Total de custos operacionais	675.381	713.177
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	574.268	535.907
Imparidade do crédito	(987.269)	(562.127)
Imparidade de outros ativos financeiros	(11.256)	(3.475)
Imparidade de outros ativos	(75.797)	(42.120)
Outras provisões	(20.926)	37.916
Resultado operacional	(520.980)	(33.899)
Resultados por equivalência patrimonial	30.243	24.061
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(10.711)	(4.447)
Resultado antes de impostos	(501.448)	(14.285)
Impostos		
Correntes	(38.159)	(42.184)
Diferidos	34.818	210.972
Resultado após impostos	(504.789)	154.503
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	(544.279)	114.262
Interesses que não controlam	39.490	40.241
Resultado do período	(504.789)	154.503
Resultado por ação (em euros)		
Básico	(0,15)	0,03
Diluído	(0,15)	0,03

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de junho de 2012 e de 2011 e 31 de dezembro de 2011

	30 junho 2012	31 dezembro 2011	30 junho 2011
	(Milhares de Euros)		
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.717.472	2.115.945	1.254.872
Disponibilidades em outras instituições de crédito	989.022	1.577.410	1.308.829
Aplicações em instituições de crédito	5.443.880	2.913.015	2.786.291
Créditos a clientes	66.202.466	68.045.535	73.708.984
Ativos financeiros detidos para negociação	2.007.971	2.145.330	3.929.229
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.221.221	4.774.114	3.546.695
Ativos com acordo de recompra	45.299	495	18.353
Derivados de cobertura	122.240	495.879	328.074
Ativos financeiros detidos até à maturidade	3.742.148	5.160.180	6.371.734
Investimentos em associadas	414.632	305.075	331.891
Ativos não correntes detidos para venda	1.088.527	1.104.650	1.012.735
Propriedades de investimento	560.731	560.567	515.686
Outros ativos tangíveis	619.085	624.599	596.410
Goodwill e ativos intangíveis	248.494	251.266	396.791
Ativos por impostos correntes	34.843	52.828	28.874
Ativos por impostos diferidos	1.564.189	1.564.538	1.247.165
Outros ativos	976.969	1.790.650	900.957
	92.999.189	93.482.076	98.283.570
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	17.795.795	17.723.419	20.659.486
Depósitos de clientes	47.974.254	47.516.110	47.728.831
Títulos de dívida emitidos	14.720.570	16.236.202	15.070.178
Passivos financeiros detidos para negociação	1.509.600	1.478.680	1.069.437
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	237.022	2.578.990	3.754.905
Derivados de cobertura	390.462	508.032	447.704
Provisões	269.627	246.100	208.583
Passivos subordinados	4.207.360	1.146.543	1.449.340
Passivos por impostos correntes	5.262	24.037	11.823
Passivos por impostos diferidos	3.654	2.385	645
Outros passivos	1.939.431	1.647.208	2.144.072
	89.053.037	89.107.706	92.545.004
Capitais Próprios			
Capital	3.000.000	6.065.000	6.065.000
Títulos próprios	(10.796)	(11.422)	(79.508)
Prémio de emissão	71.722	71.722	71.722
Ações preferenciais	171.175	171.175	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	9.853	9.853
Reservas de justo valor	(198.956)	(389.460)	(357.273)
Reservas e resultados acumulados	855.582	(1.241.490)	(1.597.034)
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	(544.279)	(848.623)	114.262
	3.354.301	3.826.755	5.227.022
Interesses que não controlam	591.851	547.615	511.544
	3.946.152	4.374.370	5.738.566
	92.999.189	93.482.076	98.283.570